



Soluções Empresariais

AO ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ/MG

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 028/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 007/2025

**RECORRENTE: CONFIARE SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.813.768/0001-38, com sede na Rua General Ephigênio Ruas Santos, nº 520, Bairro Itapoã, em Belo Horizonte, MG, CEP 31.710-500, vem, respeitosamente, por meio de seu representante legal, interpor o presente

### RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão que declarou vencedora a empresa CAPE - INCORPORADORA DE SERVICOS LTDA pelos fatos e fundamentos de direito que passa a expor.

#### I - DA TEMPESTIVIDADE

Conforme estabelecido no item 9.2 do Edital de Licitação, o prazo para a interposição de recurso é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação.

Considerando que a sessão pública para julgamento das propostas e habilitação ocorreu em **08 de agosto de 2025**, o prazo recursal iniciou-se em 11 de agosto de 2025, tendo seu termo final em 13 de agosto de 2025.

Desta forma, sendo o presente recurso protocolado em 13 de agosto de 2025, resta manifesta e inquestionável a sua tempestividade, devendo ser conhecido e processado por esta Douta Autoridade.

#### II - DOS FATOS

Trata-se do Pregão Eletrônico nº 007/2025, cujo objeto, conforme definido no item 1.1 do Edital, é a:

*"contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, para o desempenho das funções de faxineiro, vigia diurno e noturno desarmado, motorista categoria B e recepcionista, a fim de atender às demandas da Câmara Municipal de Ubá/MG por 12 meses."*

A sessão pública para recebimento e disputa de lances ocorreu no dia 05 de agosto de 2025. Após a fase de lances e a análise da documentação, a empresa CAPE –

INCORPORADORA DE SERVICOS LTDA foi declarada vencedora do certame em **08 de agosto de 2025**, com o valor global de **R\$ 749.000,00 (setecentos e quarenta e nove mil reais)**.

Contudo, a proposta declarada vencedora apresenta vícios insanáveis que a tornam inexecutível e em flagrante desacordo com as exigências do Edital e de seu Termo de Referência. Conforme será demonstrado a seguir, a planilha de custos da referida empresa desconsidera custos essenciais e obrigatórios, como a correta cotação das diárias de motorista e a previsão adequada de horas extras, além de conter erros na provisão do Vale Alimentação e Vale Transporte, o que resulta em um preço artificialmente reduzido e incompatível com a realidade da execução contratual.

Tais fatos, se não revistos, acarretarão grave risco à Administração Pública, que poderá se ver diante de um contrato impossível de ser cumprido, gerando prejuízos ao erário e à continuidade dos serviços. Por essa razão, a Recorrente interpõe o presente recurso, buscando a correta aplicação das regras editalícias e a seleção da proposta verdadeiramente mais vantajosa.



### III - DO MÉRITO RECURSAL

#### 3.1. Da Manifesta Inexequibilidade da Proposta – Previsão de Horas Extras Insuficiente e em Desacordo com o Edital

Um dos pilares de qualquer processo licitatório é a **VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**. A proposta da licitante deve ser, ao mesmo tempo, exequível e aderente às especificações técnicas e às estimativas de custo que balizaram o certame. Nesse ponto, a proposta da empresa declarada vencedora falha de maneira flagrante.

O Termo de Referência, parte integrante do Edital, ciente da natureza da função de motorista, que frequentemente demanda jornadas flexíveis e imprevistas, estabeleceu uma estimativa clara e razoável para o custeio de horas extras. O item **7.64** do referido documento dispõe:

*"Especificamente para os motoristas, e considerando a natureza da função que exige flexibilidade de horários, caso esgotadas todas as possibilidades de compensação via banco de horas, será devido o pagamento de horas extras, conforme previsão legal e convenção coletiva da categoria. Para fins de estimativa, utilizou-se o valor de R\$ 60,84 (sessenta reais e oitenta e quatro centavos) por hora extra, com previsão de até 15 (quinze) horas/mês, passíveis de redistribuição entre os três motoristas previstos na contratação."*

A Administração, com sua expertise, previu a necessidade de um "colchão" de 15 horas extras mensais para garantir a plena execução dos serviços sem interrupções ou recusas por parte da contratada. Este custo, portanto, é um elemento essencial e esperado na composição de preços das licitantes.

No entanto, ao analisar a planilha de custos da empresa recorrida, constata-se uma divergência gritante e preocupante. A proposta apresentada prevê um valor total de **R\$ 91,65** para o "Adicional Hora Extra" para os três motoristas. Ao dividir esse valor pelo

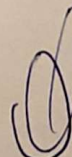
custo da hora extra estipulado no edital (R\$ 60,84), chega-se ao irrisório número de 1,5 horas extras para todos os motoristas, ou seja, apenas meia hora extra por motorista por mês. A Douta comissão, contudo, já analisara e constou do item 12.3 do Termo de Referência, mencionando, qual seja, o valor correto de R\$912,40 como valor mensal, conforme demonstrado no Edital.

Horas	Valor Unitário	Horas	Valor Mensal (TOTAL)	Valor Global (12 MESES)
Horas Extras	R\$ 60,84	15	R\$ 912,60	R\$ 10.951,20

12.4. Havendo alteração da CCT durante a execução do Contrato, assegura-se à licitante o direito à recomposição dos custos conforme a Convenção Coletiva vigente.

Dessa forma, a proposta da empresa recorrida deve ser desclassificada por apresentar erro grosseiro em sua planilha, violando a legislação vigente (CLT, Art. 457) e as próprias disposições do Edital (item 7.57), o que a torna incompatível com os princípios da economicidade e da busca pela proposta efetivamente mais vantajosa.

#### 3.3. Do Subdimensionamento dos Benefícios (Vale-Transporte e Vale-Alimentação)





A exequibilidade de uma proposta em contratos de prestação de serviços continuados depende diretamente da correta cotação dos custos com benefícios, que são despesas mensais fixas e previsíveis. A empresa recorrida, no entanto, falhou em calcular corretamente esses custos, utilizando uma base de dias inferior à realidade da prestação de serviços.

O item 7.26 do Termo de Referência é claro ao descrever o regime de trabalho

*"Para fins de adequada prestação dos serviços contratados, deve-se considerar que a Câmara Municipal de Ubã possui expediente administrativo regular de segunda a sexta-feira, das 07h às 18h..."*

Um cálculo padrão para um mês comercial considera, em média, **22 (vinte e dois) dias úteis**. Esta é a base de cálculo consagrada em planilhas de custos para contratos com a Administração Pública para mensurar benefícios como Vale-Transporte e Vale-Alimentação/Refeição, que são devidos por dia efetivamente trabalhado.

Contudo, a empresa recorrida, em sua planilha de composição de custos, utilizou a base de **apenas 21 (vinte e um) dias** para o cálculo tanto do Vale-Transporte quanto do Vale-Alimentação.

Esta redução de um dia na base de cálculo, embora pareça pequena, representa um subdimensionamento sistemático do custo mensal. Ao multiplicar essa diferença pelo número de funcionários e pelos 12 meses de contrato, o valor suprimido da proposta torna-se relevante e demonstra que o preço ofertado não é suficiente para cobrir a totalidade das despesas com benefícios.

Cargo	Nº de Funcionários	Valor Diário do VA	Valor Líquido por Dia (com desc. 20%)	Custo Mensal Suprimido (1 dia x Nº Func.)	Custo Anual Suprimido (x 12 meses)
Motorista	03	R\$28,97	R\$23,18	R\$69,14	<b>RS 834,48</b>
Demais Postos	08	R\$29,00	R\$23,20	R\$185,60	R\$2.227,20
<b>TOTAIS</b>	<b>11</b>			<b>RS 255,14</b>	<b>RS 3.061,68</b>

Conforme a tabela demonstra, a simples omissão de cotar 1 (um) dia de benefício por mês resulta em um custo suprimido de **RS 3.061,68 (três mil, sessenta e um reais e sessenta e oito centavos)** ao longo do contrato.

Este valor, que foi indevidamente retirado da proposta, não é desprezível e representa um custo real que a empresa terá de arcar. A ausência de sua previsão na planilha indica que a licitante vencedora não possui lastro financeiro para cumprir integralmente suas obrigações, configurando um grave risco à execução contratual e aos direitos dos trabalhadores.

O mesmo erro foi cometido no cálculo do Vale Transporte. E o impacto financeiro desta omissão é substancial e facilmente calculável. Para demonstrar o prejuízo real que foi suprimido da proposta, elaboramos o seguinte demonstrativo, utilizando os **próprios salários cotados pela empresa recorrida** e o custo diário de R\$ 9,60 por empregado (R\$ 4,80 para ida e R\$ 4,80 para volta), aplicando-se o desconto legal de 6% sobre o salário base:

#### **Demonstrativo de Custo Suprimido – Vale-Transporte (Com Base nos Salários da Recorrida)**





Cargo	Nº de Func.	Salário Base Cotado	Custo Diário VT (R\$ 9,60)	Desconto 6% (sobre salário)	Custo Líquido Diário (VT - Desc.)	Custo Mensal Suprimido (1 dia x Nº Func.)	Custo Anual Suprimido (x 12 meses)
Faxineiro	2	R\$ 1.633,38	R\$ 9,60	R\$ 4,45	R\$ 5,15	R\$ 10,30	R\$ 123,60
Motorista	3	R\$ 2.519,82	R\$ 9,60	R\$ 6,87	R\$ 2,73	R\$ 8,19	R\$ 98,28
Receptionista	2	R\$ 2.047,98	R\$ 9,60	R\$ 5,56	R\$ 4,02	R\$ 8,04	R\$ 96,48
Vigias (Diurno e Noturno)	4	R\$ 2.036,21	R\$ 9,60	R\$ 5,55	R\$ 4,05	R\$ 16,20	R\$ 194,40
<b>TOTAIS</b>	<b>11</b>					<b>R\$ 42,73</b>	<b>R\$ 512,76</b>

*O desconto de 6% é calculado sobre o salário base mensal e dividido por 22 dias para encontrar o valor diário do desconto.*

**A ANÁLISE MATEMÁTICA É IRREFUTÁVEL: A PROPOSTA DA EMPRESA RECORRIDA ESTÁ, NO MÍNIMO, R\$ 3.574,44 (TRÊS MIL, QUINHENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS) MAIS**

**BARATA DO QUE DEVERIA SER, APENAS POR CONTA DE UM ERRO GROSSEIRO NA BASE DE CÁLCULO DE BENEFÍCIOS ESSENCIAIS.**

Este valor representa um custo real que a empresa terá de arcar, mas para o qual não há previsão orçamentária em sua planilha. A ausência de lastro financeiro para cumprir integralmente as obrigações com benefícios configura um grave risco à execução contratual, aos direitos dos trabalhadores e, em última instância, à própria Administração Pública, que pode ser chamada a responder por passivos trabalhistas.

A proposta da recorrida, portanto, é inexecutável, pois seu preço não reflete a totalidade dos custos do serviço. A aceitação de uma proposta com tal vício fere o princípio da isonomia, prejudicando os licitantes que elaboraram suas planilhas de forma correta e responsável, e viola o princípio da busca pela proposta mais vantajosa, que deve ser, acima de tudo, exequível.

Diante do exposto, a desclassificação da proposta da empresa CAPE - INCORPORADORA DE SERVICOS LTDA é medida que se impõe, em conformidade com os itens 6.9.2 e 6.9.3 do Edital.

Por todo o retro exposto, vimos, portanto, solicitar a desclassificação da proposta da recorrida, visto que contém vícios insanáveis, que violam a legislação pertinente, assim como os ditames do ato convocatório.

Termos em que pede deferimento.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2025.

CONFIARE SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI

Irene das Graças Salustiano Alves

Sócia Gerente

  
**10.813.768/0001-38**  
 Confiare Soluções Empresarial Eireli  
 Rua General Epitáfio Ruas Santos, 520  
 B. Itapoã - CEP: 31.710-500  
 Belo Horizonte - MG